



O debate sobre a proibição dos véus integrais (burca ou nicabe) agita a opinião pública europeia. Recentemente (no dia 21 de Abril de 2010), o governo francês decidiu, após um debate prolongado, apresentar um projecto de lei que proibirá os véus integrais no território francês. A Bélgica considerou proibir os véus integrais, e uma proposta nesse sentido seria apresentada no dia 22 de Abril, dia em que o governo belga caiu.

A **Associação República e Laicidade** não toma posição sobre a proibição do véu integral islâmico, mas não está indiferente ao debate que acontece na Europa, e que não se coloca (ainda?), em Portugal. Entendemos, no entanto, que será útil divulgar o artigo que se segue (traduzido do francês), que foi publicado no dia 23 de Março de 2010 no jornal *Le Soir*<sup>1</sup> pela deputada belga Fatoumata Sidibé (uma activista laicista e feminista de 46 anos), e que nos parece que será útil para a reflexão de todos, quer se oponham quer sejam favoráveis à proibição dos véus islâmicos.

**Associação República e Laicidade (29/4/2010)**

<sup>1</sup> <http://www.fatoumatasidibe.be/articles/%C2%AB-je-declare-que-le-voile-est-le-symbole-d%E2%80%99un-projet-politique-totalitaire-%C2%BB/>

## **«Declaro que o véu é o símbolo de um projecto político totalitário<sup>2</sup>»**

«Eu, cidadã belga de cultura muçulmana, originária do Mali, um país muçulmano a 90% onde a religião influencia fortemente as leis, regulamentos e diferentes aspectos da vida quotidiana, onde certos costumes e tradições retrógradas perpetuam as discriminações em relação às mulheres, onde mais de 80% das raparigas são vítimas de mutilações genitais, onde a poligamia é legal, onde os casamentos forçados são impostos às jovens, onde no que respeita ao direito de herança as mulheres são encaradas como seres inferiores, onde, desde a primeira infância, se ensina às raparigas que o seu destino é sofrerem, resignarem-se, submeterem-se, casarem-se, fazerem filhos e honrar a família,

Eu, vinda de um país onde o integrismo islâmico ganha terreno trazendo como corolário a proliferação do uso do véu, onde os avanços legislativos no que respeita aos direitos das mulheres esbarram com as pressões das autoridades muçulmanas em nome da paz social, da unidade nacional e da preservação dos valores sociais e religiosos malianos que confinam as mulheres a estatutos de cidadãs de segunda categoria,

Eu que, como tantas companheiras, tive a possibilidade de me desenvolver e de me realizar na Bélgica num espaço de liberdade que as mulheres conquistaram através de longas e duras lutas,

Eu declaro que a ingerência do religioso no espaço público e o desmantelamento da neutralidade do Estado não auguram nada de bom para a democracia e para os direitos das mulheres.

---

<sup>2</sup> Tradução de Ricardo Alves e Alexandre Andrade a partir do original francês.

Declaro que a emancipação não é um luxo reservado às mulheres ocidentais, que a igualdade homens/mulheres não é negociável, ou ajustável, em função de pedidos, reivindicações culturais, religiosas, ou apresentadas como tais, oriundas de indivíduos, de comunidades, de grupos.

Declaro que numerosas mulheres muçulmanas no mundo associam o combate contra os integristas religiosos e a promoção da laicidade. Elas sabem que certos laxismos repicam como sinos para todas aquelas que lutam e arriscam as suas vidas no Egípto, na Somália, na Índia, no Irão, no Sudão, no Paquistão, em Marrocos, na Argélia e noutros países contra a poligamia, a lapidação, o enclausuramento dos seus corpos em mortalhas ambulantes, a imposição do uso do véu, a repudição, a excisão, os crimes de honra.

O que dizer àquelas que seguiram o caminho do exílio e que vêm reproduzir-se sob os seus olhos um sistema de justiça “à la carte”, no qual, consoante se seja desta ou daquela confissão, religião ou filosofia, os julgamentos do tribunal tornam-vos brancos ou negros?

Pode-se, em nome da tolerância, do relativismo cultural, do multiculturalismo, da liberdade de religião, pedir a algumas mulheres que vivem no nosso país que tenham menos direitos?

Declaro que o véu é o símbolo da instrumentalização das mulheres em nome da religião, de um projecto político totalitário que semeia o terror em certos países, da tentativa de sujeição, do colocar sob tutela as mulheres, da separação dos espaços femininos e masculinos, um embuste dos fundamentalistas muçulmanos para reafirmarem o seu domínio sobre o corpo das mulheres e as suas liberdades. Em certos bairros, as raparigas não têm outra escolha senão usarem o véu ou terem cuidado com a sua indumentária para não sofrerem as injú-

rias e o desprezo de certos machos aos quais se ensinou que a virtude de uma mulher é proporcional à quantidade de tecido que a recobre.

Declaro que se atinge o cúmulo da doutrinação quando a escrava interioriza as suas correntes como se fossem normais, quando ela não pode pensar de outra forma que não pelo prisma de uma sociedade que a convenceu desde a mais tenra infância através das tradições, das aulas de religião e dos sermões religiosos, que a sua natureza de mulher a predispõe a ocupar uma posição de inferioridade, de submissão. É esta mesma violência simbólica que empurra as mulheres a infligirem às suas filhas violências como os casamentos forçados, ou as mutilações sexuais genitais de que elas próprias foram vítimas.

Declaro que nem todas as mulheres veladas são submissas, e que nem todas as mulheres que usam os cabelos ao vento são livres e emancipadas, mas que as raparigas e mulheres que usam o véu por pertença cultural, convicção religiosa, ou porque as proibem de o usar, não retiram nada ao significado político deste véu sacralizado pelos islamistas e imposto pelo proselitismo dos auto-proclamados procuradores de Deus. Aquelas que avançam o argumento de que “é a minha escolha” deveriam ter a decência e a “irmandade feminina”<sup>3</sup> de reconhecer a opressão daquelas que não têm escolha.

Declaro que, na Europa, as ofensivas dos islamistas contra os direitos das mulheres reforçam aquelas dos partidos conservadores, da Igreja católica, dos lóbis religiosos muito poderosamente implantados nos novos Estados membros e que se esforçam por fazer recuar os direitos das mulheres no seio da União Europeia. A sua palavra de ordem: voltar à ordem arcaica da hierarquia patriarcal que remete as mulheres aos deveres que a sua natureza lhes impõe, às suas sacrossantas obrigações terrestres ditadas pelos homens assistidos por Deus pai,

---

<sup>3</sup> “Sororité” no original francês.

o filho e o Espírito Santo sexistas. Nenhum ámen! É aqui que a sociedade deve intervir em nome dos direitos humanos!

Declaro que o progresso das conquistas feministas no Ocidente rumo à emancipação não foi detido pelo medo de estigmatizar as Igrejas contrárias aos direitos e às liberdades das mulheres. Porque seria o Islão poupado a este movimento de contestação? O que é bom para uma religião não o será para outra?

Declaro que a maioria dos cidadãos de cultura muçulmana vivem a sua fé, quando a têm, em toda a tranquilidade, que estão fartos de ser essencializados, considerados como um grupo homogéneo no qual cada um dos membros partilha a mesma forma de pensar, de viver, colocados em prisão domiciliária numa «comunidade» por uma minoria vociferante que lhes impõe um terrorismo psicológico, fala em seu nome e que beneficia de uma respeitabilidade adicional por parte de certos fóruns mediáticos e políticos.

Declaro que o silêncio dos intelectuais muçulmanos moderados é tão ensurdecador como o grito dos relativistas, dos obscurantismos e de uma certa classe política que se preocupa mais com cálculos eleitoralistas e jogos de poder do que em propor um projecto verdadeiramente democrático de convivência mútua.

Declaro que o medo de ser rotulado como racista tem amordaçado muitas consciências, que estamos prontos a aceitar o intolerável por medo de sermos acusados de intolerância. Que, à força de abandonos e de recuos, os nossos valores democráticos estão em declínio.

Declaro que é urgente legislar. Cabe ao Estado desempenhar o seu papel de garante e guardião das liberdades fundamentais, onde a liberdade de crer e de não crer é garantida no respeito pelos valores fundamentais graças a um quadro

jurídico que coloca limites. Lanço um apelo aos progressistas de todos os partidos para que unam as suas vozes para não rejeitar, nas sedes parlamentares, as dez propostas apresentadas pelo Movimento Reformador sobre o uso de sinais de convicção – para além da proibição do uso ostensivo de sinais de pertença nas escolas, que releva da competência da rede oficial, as propostas apresentadas pelo MR visam, em particular, proibir aos parlamentares que exercem uma função de representação, ou às pessoas encarregadas de funções oficiais e de prestação de serviços públicos, em contacto directo com o público ou não, o uso ostensivo de sinais de convicção.

Fazer política é fazer escolhas. É meia-noite menos cinco! Não se trata de uma ofensiva contra as religiões. Trata-se de recolocar as religiões no seu lugar, ou seja na esfera do privado, de optar por uma sociedade que não se fracciona em função de particularismos, mas que se une sobre valores com vocação universal.»



Fatoumata Sidibé

**«Je déclare que le voile est le symbole d'un projet politique totalitaire<sup>4</sup>»**

«Moi, citoyenne belge de culture musulmane, originaire du Mali, un pays musulman à 90 % où la religion influence fortement les lois, règlements et différents aspects de la vie quotidienne, où certaines coutumes et traditions rétrogrades perpétuent les discriminations à l'égard des femmes, où plus de 80 % des filles sont victimes des mutilations génitales, où la polygamie est légale, où les mariages forcés sont imposés aux jeunes filles, où en matière d'héritage, les femmes sont frappées du sceau de l'inégalité, où, dès le plus jeune âge, on apprend aux petites filles que leur destin est de souffrir, de se résigner, de se soumettre, de se marier, de faire des enfants et de faire honneur à la famille,

Moi, qui suis issue d'un pays où l'intégrisme islamique gagne du terrain avec comme corollaire la prolifération du port du voile, où les avancées législatives en matière de droits des femmes se heurtent aux pressions des autorités musulmanes, au nom de la paix sociale, de l'unité nationale, de la préservation des valeurs sociales et religieuses maliennes qui confinent les femmes dans des statuts de citoyennes de seconde zone,

Moi qui, comme tant de consœurs, ai eu la chance de m'épanouir et me réaliser en Belgique dans un espace de liberté que les femmes ont conquis par de longues et âpres luttes,

Je déclare que l'immixtion du religieux dans l'espace public et le détricotage de la neutralité de l'Etat n'augurent rien de bon pour la démocratie et les droits des femmes.

Je déclare que l'émancipation n'est pas un luxe réservé aux femmes occidentales, que l'égalité hommes/femmes n'est pas négociable, ajustable, en fonction des demandes, revendications de revendications culturelles, religieuses ou supposées comme telles émanant d'individus, de communautés, de groupes.

Je déclare que de nombreuses femmes musulmanes dans le monde relient combat contre les intégrismes religieux et promotion de la laïcité. Elles savent que certains laxismes sonnent comme des glas pour elles qui luttent et risquent leur vie en Egypte, en Somalie, en Inde, en Iran, au Soudan, au Pakistan au Maroc, en Algérie, et ailleurs contre la polygamie, la lapida-

---

<sup>4</sup> Texto original em francês.

tion, l'enfermement de leurs corps dans des linceuls ambulants, l'imposition du port du voile, la répudiation, l'excision, les crimes d'honneur.

Que dire à celles qui ont pris le chemin de l'exil et qui voient se reproduire sous leurs yeux un système de justice à la carte où, selon que vous soyez de telle ou telle confession, religion ou philosophie, les jugements de la cour vous rendent blancs ou noirs ?

Peut-on, au nom de la tolérance, du relativisme culturel, du multiculturalisme, de la liberté de religion, demander à certaines femmes vivant dans nos pays d'avoir moins de droits ?

Je déclare que le voile est le symbole de l'instrumentalisation des femmes au nom de la religion, d'un projet politique totalitaire qui sème la terreur dans certains pays, de la tentative d'asservissement, de mise sous tutelle de la femme, de la séparation des espaces féminins et masculins, une supercherie des fondamentalistes musulmans pour réaffirmer leur domination sur le corps des femmes et leurs libertés. Dans certains quartiers, les filles n'ont d'autre choix que de se voiler ou de faire attention à leur tenue vestimentaire pour ne pas subir les injures et le mépris de certains mâles auxquels on a appris que la vertu d'une femme est proportionnelle à la quantité de tissu qui la recouvre.

Je déclare qu'on atteint le summum de l'endoctrinement quand l'esclave intègre ses chaînes comme normales, lorsqu'elle ne peut plus penser autrement que par le prisme d'une société qui la convainc depuis la plus tendre enfance à travers les traditions, les cours de religion, les prêches que sa nature de femme la prédispose à occuper une position d'infériorité, de soumission. C'est cette même violence symbolique qui pousse les mères à infliger à leurs filles les violences comme le mariage forcé, les mutilations sexuelles génitales dont elles ont été elles-mêmes victimes.

Je déclare que toutes les femmes voilées ne sont pas soumises et que toutes les femmes qui ont les cheveux au vent ne sont pas libres et émancipées, mais que les filles et femmes, qui portent le voile par attachement culturel, conviction religieuse, ou parce qu'on leur interdit de le porter, n'enlèvent rien à la signification politique de ce voile sacralisé par les islamistes et imposé via un prosélytisme de procureurs autoproclamés de Dieu. Celles qui avancent



l'argument de « c'est mon choix » devraient avoir la décence et la « sororité » de reconnaître l'oppression de celles qui n'ont pas le choix.

Je déclare qu'en Europe, les offensives des islamistes contre les droits des femmes renforcent celles des partis conservateurs, de l'Eglise catholique, des lobbies religieux très puissamment implantés dans les nouveaux Etats membres et qui s'emploient à faire reculer les droits des femmes au sein de l'Union européenne. Leur mot d'ordre : revenir à l'ordre archaïque de hiérarchie patriarcale qui renvoie les femmes aux devoirs que leur dicte leur nature, à leurs sacro-saintes obligations terrestres dictées par les hommes assistés par Dieu le père, le fils et les Saints Esprits sexistes. Pas d'amen ! C'est là que la société doit intervenir au nom des droits humains !

Je déclare que les conquêtes féministes en Occident n'ont pas été arrêtées dans leur marche pour l'émancipation par la peur de stigmatiser les Eglises opposées aux droits et aux libertés des femmes. Pourquoi l'islam serait-il soustrait à cette remise en question ? Ce qui est bon pour une religion ne le serait donc pas pour une autre ?

Je déclare que la majorité des citoyens de culture musulmane vivent leur foi, quand ils en ont, en toute tranquillité, qu'ils n'en peuvent plus d'être essentialisés, considérés comme un groupe homogène dont chacun des membres partage la même façon de penser, de vivre, assignés à résidence dans « une communauté » par une minorité vagissante qui leur impose un terrorisme psychologique, parle en leur nom et qui bénéficie d'un surcroît de respectabilité de la part de certaines tribunes médiatiques et politiques.

Je déclare que le silence des intellectuels musulmans modérés est aussi assourdissant que la clameur des relativistes, des obscurantismes et d'une certaine classe politique qui se soucie plus de calculs électoralistes et d'enjeux de pouvoirs que de proposer un véritable projet démocratique de vivre ensemble.

Je déclare que la peur d'être qualifié de raciste a muselé bien des consciences, que nous sommes prêts à accepter l'intolérable par peur d'être taxés d'intolérance. Que d'abandons en reculades, nos valeurs démocratiques régressent.

Je déclare qu'il y a urgence à légiférer. A l'Etat de jouer son rôle de garant et de gardien des libertés fondamentales, où la liberté de croyance ou de non-croyance est garantie dans le respect des valeurs fondamentales grâce à un cadre juridique qui pose des balises. Je lance un appel aux progressistes de tous les partis, pour qu'ils unissent leurs voix pour ne pas reporter, dans les enceintes des parlements, les dix propositions déposées par le Mouvement Réformateur concernant le port de signes convictionnels – outre l'interdiction du port ostentatoire de signes d'appartenance dans les écoles relevant de la compétence du réseau officiel, les propositions déposées par le MR visent notamment à interdire aux parlementaires exerçant une fonction de représentation, personnes en charge de fonctions exécutives et prestataires de service public, préposés au guichet ou non, le port ostentatoire de signes convictionnels.

Faire de la politique, c'est faire des choix. Il est minuit moins cinq ! Il ne s'agit pas d'une offensive contre les religions. Il s'agit de remettre les religions à leur juste place c'est-à-dire dans la sphère privée, de faire le choix d'une société qui ne se fractionne pas en fonction des particularismes, mais qui s'unit sur des valeurs à vocation universelle.»